

## Parte 2

VII - Mediação social em projetos de desenvolvimento: os ADRS e a caprinocultura leiteira no cariri paraibano

Valdênio Meneses  
Ramonildes Gomes

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

MENESES, V., and GOMES, R. VII - Mediação social em projetos de desenvolvimento: os ADRS e a caprinocultura leiteira no cariri paraibano. In: NEVES, DP., GOMES, RA., and LEAL, PF., orgs. *Quadros e programas institucionais em políticas públicas* [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2014, pp. 185-208. ISBN. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

# VII

## **Mediação social em projetos de desenvolvimento: os ADRS e a caprinocultura leiteira no cariri paraibano**

*Valdênio Meneses<sup>61</sup>  
Ramonildes Gomes<sup>62</sup>*

### **Introdução**

O debate sobre temas como - mediação social, políticas públicas e desenvolvimento amplia as possibilidades de análise e visualização de processos e agentes sociais que atuam no campo delimitado - pela articulação entre as instituições interventoras e os grupos-alvo dos projetos de intervenção. Sob diferentes perspectivas, autores como Sardan (1997), Neves (2008) e Deponti e Almeida (2008) têm refletido sobre as singularidades que os processos de mediação social adquirem em projetos que, apoiados no termo desenvolvimento, visam promover mudanças no meio rural. Destacam-se nessas reflexões a importância da formação dos mediadores e as possibilidades de ação destes nos espaços entre as instituições gestoras e os grupos sociais que são alvo dos projetos de intervenção pública.

---

61 Valdênio Meneses/ Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais (PPGCS) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) - valdeniofmeneses@hotmail.com

62 Ramonildes Gomes / Professora Doutora do PPGCS-UFCG - rmildes@hotmail.com

Tomando por base a discussão sobre a relação dos mediadores na constituição de projetos de desenvolvimento, o principal objetivo deste artigo é analisar processos de mediação estabelecidos por uma articulação de ações de intervenção para estimular a pecuária de caprinos, na região do Cariri Paraibano, tendo como público alvo os agricultores familiares. Direcionamos o foco da análise para os Agentes de Desenvolvimento Regional Sustentável (ADRS), capacitados para realizar atividades de assistência técnica e extensão rural específicas para a caprinocultura leiteira em um projeto gerido pelo SEBRAE-PB e a Fundação Banco do Brasil.

A pesquisa pautou-se na análise documental do projeto do Sebrae-PB *Capacitação de agentes de desenvolvimento rural (ADRs) para a caprinovinocultura* de - edições da revista de publicidade *Sebrae: Agronegócios* que destacam a atuação dos ADRS e as cartilhas do *Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável (DRS)* da Fundação Banco do Brasil. Apoiamos ainda nossas análises em relatórios mensais de avaliação elaborados pelos ADRS e nos dados obtidos através de entrevistas semiestruturadas com agentes de desenvolvimento que atuam nos municípios de Sumé, Monteiro, Zabelê, São Sebastião do Umbuzeiro e Amparo. Outras impressões foram registradas nos momentos em que acompanhamos alguns ADRS, durante as visitas destes as propriedades dos agricultores familiares nos municípios já citados.

Algumas questões nortearam as análises e dentre estas: - Em quais referências cognitivas se apoiam os processos de mediação social que fundamentam as ações dos ADRS? Como esse agente é formado dentro dos projetos do Sebrae-PB e da Fundação Banco do Brasil para atuar na propagação de um projeto de desenvolvimento voltado para a produção do “leite de cabra”? Que aspectos caracterizam a prática do ADRS na “difusão e tradução” de referências junto aos agricultores familiares que são alvo de ações voltadas para o “desenvolvimento”? Como o ADRS vivenciam os conflitos oriundos de diferentes representações sociais que instituições, mediadores e mediados possuem sobre a caprinocultura?

O artigo está estruturado em duas partes, além das considerações finais:

1) Um recorte mais conceitual acerca dos processos de transformação social, pensados em termos de diferenciação, racionalização e elementos institucionais que influenciam na constituição dos mediadores sociais profissionalizados. Este tipo profissional de mediação social ganha conotação singular a partir de uma dimensão cognitiva de políticas públicas pautadas em torno de produção e difusão de crenças no termo desenvolvimento. A análise mais conceitual destaca que contradições de um projeto de desenvolvimento podem ser visualizadas no modo como os mediadores incorporam os conflitos performativos de distintas visões de mundo, entre os grupos sociais envolvidos;

2) Um enfoque mais centrado nos processos de mediação que envolvem os ADRS. Destacamos a base institucional do projeto ADRS e o conflito entre diferentes referenciais cognitivos que estes mediadores estão envolvidos: o embate entre a racionalidade técnica para a caprinocultura incutida pelo Sebrae-PB no curso de capacitação dos ADRS contra formas de conhecimento sobre a pecuária trazidas pelos agricultores familiares que são alvo dos projetos. Ressaltamos que certas estratégias produtivas adotadas pelos caprinocultores referenciam uma dimensão do processo de mediação levado a cabo pelos ADRS, mas que não é reconhecida no projeto encabeçado pelo Sebrae-PB. Trata-se da forma como o ADRS incorpora as distintas visões de mundo que se expressam nas práticas cotidianas com a pecuária caprina, negociando referenciais comuns aos agricultores familiares. Esta dimensão “irreconhecida” da mediação, realizada pelo ADRS está conectada a contradições do projeto de desenvolvimento que os capacitou para serem mediadores.

## **Mediação social, racionalização e padrões institucionais**

Qualificamos os ADRS como mediadores sociais a partir de dois eixos teóricos. O primeiro, mais geral, que trata da formação de mediadores sociais associados a processos de racionalização e diferenciação que caracterizam as instituições modernas. O segundo, mais específico, que considera a mediação social sob um viés

cognitivo, no qual a crença na proposta do desenvolvimento é a marca das políticas públicas.

A definição de mediador social que norteia este trabalho considera a profissionalização institucional de agentes sociais como condição para o exercício da mediação. Neves (2008) distingue dois padrões de mediadores sociais, os que vivem *pela* mediação e os que vivem *da* mediação. Nos primeiros, podem ser incluídos políticos, professores, padres que agem segundo o prestígio que exercem nos grupos e comunidades das quais fazem parte. Já os segundos possuem competências específicas para mediar algo, sendo “alocados para dar existência às representações delegadas e à administração e intervenção públicas” (NEVES, 2008, p.28). Estes são os mediadores profissionais para os quais direcionamos alguns apontamentos.

A constituição dessa competência profissional de um mediador está associada a processos inerentes à gênese da sociedade moderna, esta formada a partir de descontinuidades em relação aos padrões tradicionais (GIDDENS, 1991). Nestas rupturas que caracterizam a modernidade, destacam-se as conexões entre processos de diferenciação e a racionalização e mudança institucional.

Sobre a diferenciação de elementos que compõem a vida social, Durkheim (2010) enfatiza que a divisão social do trabalho está relacionada com a transformação de formas de coesão e organização social, que passam a ser cada vez mais baseadas na separação e especialização de segmentos. Para Max Weber, estas dinâmicas que tornam heterogêneos elementos da vida social são parte de um processo maior de racionalização, a partir de sua forma específica no ocidente. A racionalidade ocidental, segundo Weber (2004), é o resultado de uma combinação de variáveis, sendo privilegiada em uma de suas principais análises a afinidade eletiva entre um sistema de valores do modo de produção capitalista e referências de ação de segmentos protestantes. Um aspecto chave da racionalização é a gênese de espaços diferenciados regidos por um *modus operandi* específico, a exemplo da burocracia e o funcionamento do Estado moderno: trata-se de um corpo de posições ocupadas

por funcionários especializados em uma linguagem e domínios congruentes regidos pela constituição impessoal de leis, regras e normas administrativas (WEBER, 1982). Tais “mundos” dinamizados por lógicas específicas são revestidos conceitualmente de forma mais precisa a partir da noção de campo de Pierre Bourdieu: “sistemas de relações objetivas entre posições ocupadas por agentes que se encontram em disputa de poder dentro de microcosmos sociais dotados de propriedades específicas (BOURDIEU, 2009, p.67).

Diferenciação e racionalização compõem padrões que dão às instituições sociais modernas um caráter específico. Giddens (1991) aponta que na ascensão das instituições modernas há uma natureza intrínseca distinta de todos os tipos da ordem tradicional na transformação das relações sociais através da redefinição de padrões espaciais e temporais: movimentações estabelecidas pelo “desencaixe de relações sociais de contexto local de interação e sua reestruturação através de extensões indefinidas de espaço e tempo” (GIDDENS, 1991, p.21). A consagração do mediador social, em primeira instância, é um processo gerido por instituições qualificadas nesses padrões modernos. O caráter institucional moderno que Giddens (1991) destaca está diretamente relacionado à natureza dos processos que envolvem os mediadores profissionais.

Esta relação entre o padrão institucional moderno e mediação social ganha contornos específicos, segundo a condição em que instituições gestoras de políticas públicas estejam apoiadas em crença no desenvolvimento e busquem impor seus projetos através de formas de contato, via mediadores sociais, aos grupos sociais que são alvo das intervenções. Para analisar os elos que sustentam o “tripé” instituições, mediadores e mediados, destacamos a dimensão cognitiva das políticas públicas.

## **Desenvolvimento, mediação social e dimensão cognitiva de políticas públicas**

O termo “desenvolvimento” faz parte de um conjunto de princípios normativos de uso recorrente no debate sobre políticas públicas, mas que não possuem uma única definição,

apresentando-se sob uma variedade de significados (NEVES, 2008). Tratamos a relação desenvolvimento, mediação social e políticas públicas enfatizando processos sociais a partir de interdependências estabelecidas, entre indivíduos e grupos (ELIAS, 1994); e em uma dimensão cognitiva, na qual a política pública é percebida não apenas como “resolução de problemas”, mas também como intercâmbio de formas de representação social e construção de quadros de interpretação do mundo (MULLER, 2000, p.194).

Afastando-nos de uma proposta metodológica orientada por uma lógica normativa, acentuamos o fator da produção de crenças<sup>63</sup> a partir das interdependências estabelecidas em uma “configuração desenvolvimentista” - um universo de *experts*, burocratas, representantes de ONGs, pesquisadores, técnicos - que mobiliza e gerencia recursos materiais e simbólicos em nome de uma proposta de desenvolvimento para outros grupos sociais (SARDAN, 1995). Nesse tipo de configuração, há aqueles agentes que são delegados para posições de contato e negociação junto aos segmentos sociais que são alvo da intervenção. “Há uma rede de relações que conferem ao mediador tal status” (DEPONTI; ALMEIDA, 2008, p.3).

Segundo Sardan (1995), os processos de mediação relativos a projetos de desenvolvimento são marcados recorrentemente por contradições que envolvem simbolicamente o mediador em imagem de mensageiro de inovações apoiadas pelo discurso técnico-científico, mas também como espécie de atravessador (*courtage*) que elabora negociações e trocas entre diferentes tipos de conhecimento elaborados e circulados na arena das instituições desenvolvimentistas e na arena local dos grupos-alvo. A contradição é firmada na medida em que as instituições que gerenciam o projeto de desenvolvimento reconhecem unicamente uma característica da ação do mediador, qual seja a de porta-voz do ‘saber

---

63 A legitimação de uma crença está ligada à consagração de um sistema de representação social, sendo um crédito produzido junto a um conjunto de agentes e instituições que dentro de um campo de produção constituem um sistema de relações objetivas e um espaço de lutas pelo monopólio do poder de consagração (BOURDIEU, 2004, p. 25).

técnico-científico' (SARDAN, 1995, p.156). É negada a existência de uma dimensão conflituosa no interior do projeto de desenvolvimento, esta que é vivenciada diretamente pelo próprio mediador no curso da ação.

Os agentes de desenvolvimento são estimulados pelo conjunto das instituições gestoras a empreender uma operação de desqualificação e não de comunicação com o *savoir-faire* dos mediados (SARDAN, 1995). O próprio mediador exalta o conjunto de instituições que o consagrou profissionalmente, ele se autoneia porta-voz do conhecimento técnico-científico, muitas vezes até como um salvador/emancipador dos grupos que são alvo da política pública, que são vistos como detentores de um saber insuficiente sendo agentes passivos que necessitam de uma intervenção externa que os capacite para uma mudança benéfica (SARDAN, 1995, p.156).

A “irreconhecida” dimensão comunicativa da mediação social pressupõe que a mediação social pode conter – além de imposições de um padrão cognitivo – possibilidades de trânsito de lógicas de conhecimentos diferentes, sendo o mediador não apenas um mensageiro de inovações mas também um negociador que busca construir consensos diante do conflito entre diferentes representações e práticas sociais. O reconhecimento desta dimensão dialógica que atravessa o cotidiano do mediador significa uma abertura para que o conjunto de crenças dos mediados também influencie nas práticas do mediador e até mesmo no projeto de desenvolvimento. Os processos de mediação por esse aspecto privilegiam uma via “pedagógica destinada a mudar comportamentos e visões de mundo” (NEVES, 2005, p.190).

### **Projeto ADRS: Constituição de um mediador social no contexto da caprinocultura leiteira no cariri paraibano**

A capacitação profissional do ADRS se insere na produção simbólica de um ideário de desenvolvimento voltado para a caprinocultura leiteira no Cariri Paraibano. A assistência técnica e extensão feitas pelos ADRS aos caprinocultores têm o objetivo de difundir o conhecimento técnico e uma lógica empreendedora



defendidas pelo Sebrae-PB e da Fundação Banco do Brasil. Esta “missão” conferida aos ADRS está investida de informações e permeada por conflitos e tensões inerentes ao exercício da mediação social, expressando as contradições do próprio projeto que capacitou os mediadores.

A formulação de uma lógica de desenvolvimento e as articulações que conferem sustentação institucional ao projeto ADRS têm origem no Pacto Novo Cariri. Desde o final da década de 1990, a partir de acordos entre prefeituras, empresas e associações civis, o desenvolvimento tem sido priorizado a partir da ativação do que seria uma “potencialidade natural” do Cariri paraibano para a caprinocultura leiteira (SEBRAE, 2003). O conjunto dessas alianças entre a sociedade civil, a livre iniciativa e as entidades públicas compõe o chamado Pacto Novo Cariri, o qual define como objetivo: «Desenvolver o Cariri Paraibano através da gestão compartilhada dos projetos e atividades no qual a caprinocultura e a ovinocultura foram consideradas como principais prioridades”. (SEBRAE, 2003, p.8).

Para alcançar esse objetivo, foram mobilizadas gradativamente<sup>64</sup> algumas instituições e programas: Sebrae-PB, Fundação Banco do Brasil ; Projeto Dom Hélder Câmara ; PRONAF e Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)/Leite e uma rede de associações; cooperativas de caprinocultores e as usinas de beneficiamento do leite de cabra. Sob este tecido institucional que se definiu um modelo de ação para os ADRS que teve origem no projeto Agente de Desenvolvimento Rural (ADR) do Sebrae-PB, que surgiu em 2003. A partir de medidas como a importação de raças leiteiras de outros estados do Brasil e a adoção de novas formas de organização produtiva, o projeto ADR propunha uma assistência técnica baseada no seguinte princípio: «A reformulação dos modelos tradicionais

---

64 No artigo, “*As políticas públicas de incentivo a ‘(re)pecuarização’ no semiárido nordestino: desenvolvimento, modernização e recomposição espacial*”, Gomes e Meneses (2010) detalham o processo de formação desta articulação de políticas públicas e programas governamentais sobre a caprinocultura no Cariri Paraibano.

de planejamento e gestão, a fim de ajustar a visão de suas possibilidades e perspectivas de desenvolvimento” (SEBRAE, 2003, p.10).

Entre os principais objetivos do Projeto ADR, destaca-se a criação de oportunidades para entrada no mercado de trabalho de jovens técnicos-extensionistas; ao mesmo tempo, a formação de agentes para difundir os pacotes, cujo objetivo era fortalecer as ideias de empreendedorismo via caprinocultura do SEBRAE. Os critérios adotados para seleção dos técnicos consistiam em que estes fossem recrutados nos municípios nos quais iriam desenvolver as ações, com o argumento de que o pertencimento ao local facilitaria o compartilhamento de conhecimentos técnicos sobre a criação de caprinos (SEBRAE, 2003, p. 20). Em 2006, após uma crise financeira e administrativa, o nome do projeto ADR muda para ADRS. Neste momento, a Fundação Banco do Brasil integra a parceria do Projeto e insere um plano de negócios de Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS) que, semelhante ao Pacto Novo Cariri, elege a caprinocultura como estratégia produtiva para ativar potencialidades locais no Cariri paraibano. Todavia, agora com argumento de que seria necessário fortalecer o chamado negócio sustentável (FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL/IICA, 2008). Nos idos de 2007, um conjunto de cooperativas (COOAGRIL) também passa a fazer parte da gestão do Projeto ADRS.

Estas mudanças na gestão institucional pelas quais o projeto ADR passou se traduzem em alterações na proposta inicial, a exemplo do processo de seleção dos técnicos para compor o quadro de extensionistas. Se inicialmente o objetivo era contratar jovens-técnicos sem nenhuma experiência profissional, os dados obtidos, quando da aplicação dos questionários revelaram que, atualmente, muitos dos técnicos selecionados já possuíam experiência profissional com assistência técnica. No quadro abaixo, apresentamos uma caracterização geral dos seis ADRS com os quais aprofundamos a pesquisa e que atuam nos seguintes municípios: Monteiro, Sumé, São Sebastião do Umbuzeiro, Amparo e Zabelê.

## PERFIL GERAL DOS ADRS

Cidade	Idade	Formação Escolar	Vínculos Institucionais	Experiências Anteriores com atividade agropecuária
Amparo	30 anos	Técnico (agropecuária)	BB, COOAGRIL SEBRAE, CAA	É filho de produtor
Monteiro	47 anos	Ensino médio	BB, COOAGRIL, SEBRAE, CAPRIBOM	Trabalhou com assistência técnica para agricultura na fundação BB.
Monteiro	37 anos	Ensino médio	BB, COOAGRIL, SEBRAE, CAPRIBOM	Trabalhou com assistência técnica na pecuária bovina
S.S. do Umbuzeiro	19 anos	Técnico (agropecuária)	BB; COOAGRIL; SEBRAE, Laticínio Vila Caroá	Primeira experiência profissional dentro do projeto do ADRS
Sumé	24 anos	Técnico (agropecuária)	BB, COOAGRIL, SEBRAE, EMATER	Primeira experiência profissional dentro do projeto ADRS
Zabelê	29 anos	Técnico (agropecuária)	BB, COOAGRIL, SEBRAE, ACCOZA	Trabalhou com STRs, CUT e EMATER.

### QUADRO 5 - Perfil geral dos ADRS

FONTE - Valdênio Meneses

Atualmente constata-se que não há mais critérios para o recrutamento dos novos ADRS, prevalecendo a indicação feita pelas associações municipais de caprinocultores. São recrutados de 1 a 3 ADRS por município. A capacitação inicial, difundida como formação, consiste em aulas teóricas e de campo ministradas em um período de 10 a 15 dias, na sede do Centro de Desenvolvimento da Caprinovinocultura (CENDOV) no município de Monteiro. De acordo com porta-vozes do Sebrae (2003), depois que o ADRS assume o cargo, ele passa, mensalmente, por oficinas e cursos para receber informações sobre as experiências de extensão e “reciclagem” de conhecimentos.

A distribuição dos ADRS para prestação da assistência técnica é de um para quinze agricultores, em geral residentes na mesma comunidade. Para que os técnicos visitem as propriedades, os agricultores são previamente cadastrados no projeto ADRS, através

das associações de caprinocultores<sup>65</sup> Quanto à questão de contrato trabalhista, o vínculo formal dos ADRS é regido por um contrato de trabalho que tem a duração de 1 ano, podendo ser renovado ao final. A remuneração percebida pelos agentes é de pouco mais de um salário mínimo (cerca de R\$ 700,00), além disso, as usinas de beneficiamento do leite de cabra repassam um valor, denominado de comissão com objetivo de ajudar no combustível para assegurar o transporte que os ADRS utilizam para visitar as propriedades.

Toda essa configuração de instituições, recursos e normas que sustenta o projeto ADRS tem sua eficácia simbólica produzida mediante aquilo que Sardan (1995) destaca do mediador: «que é reconhecido e se reconhece como porta-voz de uma ‘linguagem-desenvolvimento’ ” ! (SARDAN, 1995, p.156). O ADRS é depositário de um saber técnico-científico que será operacionalizado, por vezes de maneira impositiva. Na situação experienciada pelos ADRS, a performance do extensionista baseia-se em modelo de conhecimento legitimado por uma racionalidade técnico-científica para a criação de caprinos. O “saber técnico” que o ADRS domina se traduz nos seguintes princípios:

1) Seleção de raças de animais e práticas produtivas: o ADRS caracteriza as heterogeneidades de um rebanho para uma seleção dos melhores animais, segundo a capacidade produtiva (para o leite) e reprodutiva. Com dispositivos e técnicas de identificação dos animais (como uso de brincos), são registradas informações do tipo, nascimento, idade, peso e lactação das fêmeas. Os dados são arquivados em fichas cadastrais que são utilizados como referências pelo ADRS para fazer uma série de sugestões ao produtor: formas de criação intensiva ou semi-intensiva, adoção de raças exógenas com melhor potencial leiteiro (como a *Saanen* ou *Toggemburg*), assepsia das tetas no momento da ordenha das cabras, controle hormonal, vacinação, separação das cabras em lactação do resto do rebanho e descarte daqueles que estão doentes ou velhos;

---

65 O associativismo é uma “bandeira” defendida de forma intensa pelo SEBRAE e outras instituições que estimulam a caprinocultura no Cariri Paraibano. A associação é vista como forma do agricultor familiar “superar debilidades peculiares dispor de poder político para levar suas reivindicações” (SEBRAE, 2003, p.7).

2) Construção de instalações na propriedade: dominar essa informação é fundamental para facilitar as práticas de controle sanitário e nutrição, além de tornar a caprinocultura viável economicamente e, ao longo prazo, condições que requerem a construção de um curral de alvenaria para o manejo, sala de ordenha para um controle mais rígido da separação das cabras em gestação e lactação, além de atender às exigências fitossanitárias para a qualidade do leite. O ADRS auxilia também na elaboração de projeto para acesso ao crédito, junto ao BNB ou Banco do Brasil, para viabilizar a construção das futuras instalações;

3) Nutrição animal: inserção de espécies forrageiras de capim – sorgo, capim elefante, capim buffel, palma – em substituição do uso de pastagem natural para alimentar o rebanho. O fator nutricional tem importância fundamental para a definição da caprinocultura, como estratégia produtiva eficiente e capaz de satisfazer as exigências dos programas governamentais de distribuição de alimentos.

Dominar esse repertório é fundamental para o ADRS e, com base nesses conhecimentos, ele constrói os relatórios mensais de avaliação que são entregues ao Sebrae-PB, associações e cooperativas de caprinocultores.

A legitimação de um padrão desenvolvimentista ocorre por intermédio de processos de mediação, tendo como estratégia “a desqualificação de certos saberes e modos de participação” (NEVES, 2005, p.190). A experiência dos ADRS para o desenvolvimento da caprinocultura é exemplar dessa estratégia de desqualificação, na medida em que o *savoir-faire* dos caprinocultores é desconsiderado pelos técnicos mediadores. A mensagem técnica, difundida pelo mediador, inibe e neutraliza a do seu receptor. Na narrativa encontrada em uma das revistas do SEBRAE, verifica-se que, na medida em que caprinocultor é assistido pelos ADRS, ele é visto como um ser vazio de informações e cultura; já o técnico é um salvador, portador da luz e de todo o conhecimento que irá conduzi-lo ao paraíso.

O caprinocultor paraibano Cícero dos Santos demorou a entender. Afinal, por que lavavam as tetas das cabras e separá-las dos machos

antes de começar a ordenha? Agora, ele não apenas sabe a importância dessas técnicas para evitar odores desagradáveis no leite, como as ensina a outros produtores da mesma comunidade. “É importante higienizar as tetas para garantir a qualidade do leite e separar o macho porque o cheiro dele também pega no produto”, explica. (REVISTA SEBRAE AGRONEGÓCIOS, 2006, p. 13)

A imagem do “salvador” que é portador de um conhecimento “iluminado” também corresponde à representação que os mediadores têm de si mesmos. Nas entrevistas feitas com os agentes, ficam evidentes os atributos, a partir dos quais os ADRS se pensam nesse contexto como orientadores, aqueles que conduzem as mudanças:

Valdênio: *Qual a função principal do ADRS?*

ADRS-Sumé: *É (...) orientar o produtor na higiene do leite, higiene das instalações, o manejo animal, tudo que for da área de caprino e ovino, higiene (...). Orientar eles a ter mais cuidado no suporte forrageiro, não depender só da ração.*

Além de “salvador”, o ADRS também se apresenta como um *expert* na arte de convencer. O trabalho de persuasão é destacado pelos ADRS através do “ver para crer”, uma estratégia quase “mágica” para incutir junto ao caprinocultor um *habitus* empreendedor. Assim, quando perguntamos sobre como se dava a participação dos caprinocultores nas atividades de extensão, o ADRS que trabalha no município de São Sebastião do Umbuzeiro, relata: “ADRS-São Sebastião do Umbuzeiro: (...) no início havia resistência porque os caprinocultores viam as cabras doentes e diziam não servem, não prestam (...) mas quando começou a ver que dá resultados aderiu ao projeto”.

Por outro lado, há um “irreconhecimento” principalmente do Sebrae-PB de que lógicas de ação e lógicas de conhecimento sobre a caprinocultura entram em conflito, dialogam e se confundem na missão dos ADRS, enquanto mediadores. Retomando agora a

análise que Sardan (1995) faz do modo como se planeja a intervenção pública em regiões com pouco ou nenhum dinamismo, em que os agentes da mediação são profissionais de um mercado cujo objetivo é produzir crenças e moldar condutas, a tendência é que esta produção não se faça sem enfrentamentos. Os mediadores, em contato com os mediados, são permanentemente confrontados com situações, fenômenos sociais e racionalidades aos quais não foram preparados para enfrentar no processo de capacitação das instituições desenvolvimentistas. A propagada passividade dos beneficiários nos discursos das instituições desenvolvimentista é uma falsa impressão:

Mesmo aceitando o engajamento em processos de mudanças intencionais, os reivindicados beneficiários não podem ser pensados sob a metáfora da esponja de água. Eles tentam reordenar os objetivos reconhecidos conforme seus interesses e saberes mais imediatos. Integram-se para tornar suas expectativas, valores e pontos de vista factíveis e objetiváveis, para além de tornar seus os objetivos apresentados no contexto dos processos de mudanças (NEVES, 2008, p.36)

Na tentativa de melhor apreender a lógica dos mediados e o modo como estes negociam e combinam os interesses das agências, dos mediadores, nessa situação particular dos ADRS, e os seus próprios como caprinocultores, procuramos refletir sobre as narrativas de alguns caprinocultores no município de Sumé, com intuito de perceber como eles mesmos lidam com diferentes racionalidades e se opõem ao modelo esponja de água:

O caprinocultor 1<sup>2</sup> cria cabras desde o ano 2000, quando começou a participar de pequenos programas de estímulo à caprinocultura leiteira que depois se unem ao PAA/Leite. Este senhor reside com sua esposa em uma propriedade na localidade “Pitombeira”, às margens do açude de Sumé – possuindo uma fonte hídrica perene e abundante. Em sua propriedade, existe atualmente sala de ordenha

de alvenaria; três currais, um onde é feita a nutrição dos animais – outro curral gradeado, destinado a separar os animais em processo de lactação, outro curral para os filhotes, além de áreas cultivadas com vegetação para suporte forrageiro – capim *buffel* e palma. Utiliza-se de práticas extensivas e intensivas para alimentar os animais. O caprinocultor relata que adquiriu animais de raças próprias para produção de leite, através de um projeto financiado pelo Sebrae-PB e pelo Projeto Dom Hélder Câmara.

A explicação para as transformações ocorridas no espaço da propriedade e nas práticas de criação visavam ao melhoramento da produção leiteira, para que o produto fosse aceito pela usina. Os avanços na produção do leite de cabra se deram principalmente a partir da construção de uma sala de ordenha afastada do curral – construída com recursos obtidos por crédito PRONAF(B) – e a limpeza das tetas das cabras utilizando toalhas descartáveis. Apesar de investir nas inovações do espaço da propriedade e no rebanho o caprinocultor 1 não utiliza da pecuária caprina apenas visando a melhoramentos técnicos para a produção de leite. No ano anterior, o produtor vendeu algumas “cabras de raça” e, segundo ele, o dinheiro obtido com essa venda foi utilizado para pagar parte do PRONAF, mas também foi utilizado para ajudar os filhos que moram em outra cidade:

**Caprinocultor 1:** (...) A gente tem os meninos que moram de aluguel né? Os meninos que estudam moram de aluguel (...) uma menina e um menino. O menino trabalha (...) ele ensina no colégio, dá aula de português no colégio e a tarde vai pra universidade daqui do campus de Sumé e à noite para Monteiro (grifo do autor).

Por sua vez, o caprinocultor 2 relata que mora com a esposa e dois filhos na localidade de Terra Vermelha,<sup>3</sup> uma área de antigos lotes do DNOCS. O produtor afirma que conheceu a caprinocultura, quando ainda era menino, uma vez que seus pais já praticavam a atividade em outra localidade na zona rural do município de Sumé. Quando retorna de São Paulo em 2006, o caprinocultor é estimulado



pelo irmão a criar cabras leiteiras e entrar na associação de Terra Vermelha, quando passa a ser assistido pelos ADRS. O caprinocultor 2 adquire as primeiras cabras leiteiras da raça *Saanen* vindas de Minas Gerais, dentro de uma parceria do Sebrae-PB, Fundação Banco do Brasil e no escritório local da EMATER em Sumé. Na propriedade, não há sala de ordenha, mas há uma “rampa” improvisada para separar as cabras do rebanho e retirar o leite. Estimulado pelos ADRS para criar cabras na sua propriedade, o caprinocultor 2 foi orientado para desenvolver uma estratégia produtiva intensiva de confinamento dos animais. Contudo, ele faz críticas a forma como as cabras foram “importadas” pelo Sebrae e Banco do Brasil, pois alega que as cabras não eram adaptadas à região do Cariri. Algumas cabras ficaram doentes e vieram a falecer, o que fez com que ele deixasse de seguir todas as orientações técnicas, utilizando práticas extensivas para alimentar os animais.

**Caprinocultor 2:** “Deixar apenas os animais trancado não deu certo. Por isso decidi alimentar elas soltando uma parte da manhã e alternar com a ração dada no cocho, para não perder por completo, né? (...) as matrizes não se adaptaram bem (...) eram umas cabras criadas em estábulo (...) nesses negócios todos o clima era outro”. (Caprinocultor 2, grifo do autor).

Já o caprinocultor 3 mora com um irmão nas proximidades da usina de leite que fica no Condomínio Agroindustrial (CAA) em Amparo, o que permite que ele mesmo deixe o leite de cabra, na usina, utilizando sua motocicleta, sem necessidade de pagar a um atravessador. O caprinocultor 3 divide com o irmão um rebanho de 60 caprinos, sendo que 18 são cabras leiteiras. Ele elogia o Programa do Leite (no qual é cadastrado desde 2005) por considerar uma forma “segura” para vender o leite de cabra. Afirma que antes criava caprinos apenas para “venda” e abate, mas com o estímulo do irmão e da associação do Condomínio resolveu criar cabras leiteiras. O acordo com o irmão é explicado da seguinte forma:

**Caprinocultor 3:** “Meu irmão tem uma casa dele mas como a gente trabalha junto fica muito tempo na mesma casa (...) a gente recebe pelo banco (...) tem os cartão e as conta de cada um (...) divide os gastos com ração (...) isso auxiliou em problemas na capacidade pra vender o leite” (Caprinocultor 3, grifo do autor – informação verbal).

Essa “parceria” também propicia uma espécie de “rodízio” de animais quando algumas fêmeas estiverem em fase inicial de lactação, momento em que a produção de leite fica limitada. Segundo o caprinocultor 3, produzir em ‘consórcio’ com o irmão também ajudou a resolver um problema de ‘tempo’ além dos cuidados na ordenha e no plantio de suporte forrageiro (soja e palma) para nutrição dos animais.

Os três casos relatados são exemplares de como são elaboradas estratégias guiadas por racionalidades diferentes, para os caprinocultores justificarem tanto a adesão ao padrão técnico, como a combinação de outros fatores, principalmente através de relações familiares. Notamos que o caprinocultor 1 adere imediatamente ao projeto de desenvolvimento propagado pelo ADRS, a partir da incorporação da lógica difundida pelos técnicos, mas não referencia a criação de caprinos apenas como atividade econômica estrita de investimento e lucro, já que “guarda” animais para vender e suprir necessidades de seus filhos. Por outro lado, o caprinocultor 2 organiza suas estratégias para a caprinocultura, aderindo a um projeto que traz inovações ao mesmo tempo em que faz críticas a implementação da parceria que trouxe cabras de raças leiteiras para o Cariri. Quando explica sua estratégia ante o problema das cabras “mineiras”, ele utiliza argumentos de que envolvem saberes ligados a uma incorporação do discurso técnico-científico junto a formas de criação de caprinos que aprendeu com os pais. A pecuária também é uma via importante de trocas dentro do grupo familiar no caso do caprinocultor 3 que compartilha em uma relação de confiança com o irmão todo o rebanho e as decisões quanto

ao melhoramento da produção leiteira. Além disso, há uma possível tática de juntar a produção leiteira com o irmão para tentar vender uma quantidade de litros de leite para além das cotas-limite<sup>4</sup> instituídas pelas usinas e pelo PAA/Leite.

Em um plano geral, podemos perceber que, em situações de transformação de valores e formas de conduta através da inserção de inovações técnicas, a “família não deixa de referenciar práticas e representações” (WANDERLEY, 2001, p.51). A inserção de novos referenciais para a caprinocultura através dos ADRS não significa a eliminação de racionalidades e estratégias que entrelaçam um saber herdado, geralmente incorporado através da família.

Essas bricolagens de conhecimentos e lógicas produtivas feitas pelos caprinocultores incidem diretamente em processos de mediação dos ADRS. Para além de ser unicamente (trans)portador de uma racionalidade técnica, o ADRS acaba por ser um agente social que se coloca em um *front* de conflitos e situações entrecortadas por cruzamentos de significados que contradizem com a proposta desenvolvimentista ao qual o mediador foi capacitado. Mesmo que o ADRS assuma a condição de porta-voz de um saber técnico-científico e rejeite qualquer outro tipo de conhecimento que não seja aquele defendido pela instituição que o capacitou, no exercício cotidiano de sua atividade profissional, ele se depara com as diferenças e a necessidade de criar zonas de intercâmbio entre formas de representação social sobre a caprinocultura. Incorporando as diferenças, o mediador social busca negociar um consenso para que a proposta de desenvolvimento para a qual foi mobilizado tenha alguma efetividade.

Os vínculos que aportam a relação entre mediador e mediado são construídos em uma temporalidade e delimitado no exercício da mediação, que se organiza pela dominação via imposição de conhecimentos, “ao mesmo tempo em que é vetor de uma relação de trocas sociais” (ROS, 2008, p.99).

As visitas periódicas feitas aos caprinocultores e o fato de os ADRS residirem, nos municípios em que efetivam suas ações, favorecem a constituição de um laço de confiança<sup>5</sup> entre o agricultor familiar e o ADRS, ampliando as oportunidades para difusão de novos conhecimentos em um processo de comunicação constante. Os agentes constaram que quando o produtor inicia na atividade com caprinos, estes procuram conciliar inovações técnicas com os conhecimentos do senso prático. Para os ADRS, a combinação de saberes pode ser identificada nos primeiros contatos com os caprinocultores recém-egressos no projeto do Sebrae-PB em que são feitas sugestões que apontam para a complementaridade entre práticas intensivas e extensivas para criação dos animais, e também na combinação de espécies forrageiras exógenas e pastagem natural para alimentação dos caprinos. Os ADRS assinalam que há um segundo momento no curso da mediação destinada a estimular a caprinocultura, aquele que é chamado de “quebrar a resistência”, em que a associação de saberes perpassa uma rotina de trabalho, que envolve a participação do mediador nas reuniões e cursos promovidos nas associações de caprinocultores. Este também é o momento em que os agricultores familiares passam a receber as primeiras visitas e o ADRS passa a registrar, no relatório mensal, as informações sobre o rebanho e a produção leiteira. Mais do que “quebrar a resistência do produtor”, convencendo-o a aderir ao projeto produtivo da criação de caprinos, o ADRS busca negociar uma abertura comunicativa entre distintas lógicas simbólicas, práticas sociais e visões de mundo.

A principal evidência destas formas de contato entre os ADRS e os caprinocultores evidencia-se a partir de formas de classificação originárias do contato entre aquilo que Sardan (1995) classifica como “linguagem desenvolvimento” e “linguagem local”. Este vínculo se expressa através de formas de classificação social da assistência técnica dos mediados. O termo “ajuda” usado por alguns caprinocultores para falar da assistência técnica prestada pelos ADRS, mais do que um simples recurso gramatical ou linguístico, é uma operação que se inscreve em categorias que definem um poder simbólico “por onde se atualizam relações de

força entre os locutores e seus respectivos grupos” (BOURDIEU, 2008, p.25). Expressões do tipo “esses meninos que nos dão uma ajuda” – evidencia uma diferenciação importante em relação a técnicos extensionistas de outras instituições. Sob o ponto de vista dos mediados, aí se reveste uma atividade profissional de difusão de padrões técnicos em relações de troca e expectativas, pautadas em uma confiança que o caprinocultor tem com os ADRS. Estes se diferenciam, por exemplo, dos técnicos da EMATER, com os quais as relações por vezes são estritamente burocráticas. É nesta produção específica ao ADRS que se constituem vínculos baseados em um círculo de “proximidades”, que são canais para incorporação de novas lógicas e racionalidades e, principalmente, a permanência de agricultores familiares ao projeto da caprinocultura que os ADRS buscam efetivar.

## **Considerações Finais**

A experiência de mediação social envolvendo ADRS, caprinocultores e ações de intervenção pública, todas voltadas para o desenvolvimento da caprinocultura no Cariri paraibano, enfatiza as contradições que instigam à análise de processos caracterizados por polos distintos, pensados como positivo e negativo, simplificados na troca de saberes e visões de mundo diferentes. A partir do caso dos ADRS, buscamos compreender os mecanismos adotados pelas instituições interventoras na produção da figura do mediador social, subvertendo a ação deste aos interesses de planos, programas e projetos que ancorados no sonho do desenvolvimento subvertem também as possibilidades de diálogo, emancipação e mudança social.

A contradição mais evidente nesse processo evidencia-se no “irreconhecido” fator comunicativo que é produzido no próprio processo de mediação em que se insere a caprinocultura e a interação entre o ADRS e os mediados. Há um vínculo que envolve a difusão de inovações técnicas e relações de confiança entre diferentes agentes sociais que mesmo não planejado, nem reconhecido

pelo Sebrae-PB, é o que propicia à adesão dos mediados à caprinocultura leiteira. O fato de pequenos produtores aderirem a uma proposta, com padrões e estratégias de produção modernas não ocorre automaticamente: apreender e usar o conhecimento técnico-científico passa, fundamentalmente pela incorporação de novos referenciais via estabelecimento de uma relação temporal construída entre os ADRS, propagadores de uma proposta institucional e os mediados, portadores de um universo cognitivo e simbólico específicos para classificar a pecuária caprina.

Desde o princípio, o objetivo do projeto ADRS estava voltado para a formação de jovens técnico-extensionistas que além da assistência técnica para pecuária também fossem portadores de experiências e vivências comuns com os caprinocultores cadastrados. Este requisito facilita a criação de vínculos de confiança importante para a difusão de conhecimentos inovadores, porém não há iniciativas direcionadas para reprodução de relações estabelecidas entre mediadores e mediados. A ameaça a essas relações se revela nas oscilações institucionais por que passa o projeto ADRS junto à precariedade dos contratos de trabalho, aos quais os ADRS estão submetidos. Trabalhar submetido a contratos precários dificulta a regularidade na transmissão das informações e das técnicas produtivas.

Uma conclusão que é possível apresentar está relacionada ao discurso, quase hegemônico, de que a caprinocultura tem um potencial “natural” para desenvolver e imprimir dinamismo econômico ao Cariri paraibano, bastando ao Estado e as instituições comprometidas com a intervenção investir na difusão de informações, de maneira “mágica” novos padrões produtivos seriam estabelecidos. A análise que aqui fizemos permite afirmar que se existe adesão à caprinocultura leiteira por parte de agricultores familiares, ela se faz dentro de um campo social atravessado por conflitos e consensos.

## NOTAS

- Siglas: Cooperativa dos Produtores Rurais de Monteiro (CAPRIBOM); Condomínio Agroindustrial de Amparo (CAA); Associação de Caprinovocultores de Zabelê (ACCOZA).
- Esse primeiro exemplo foi retirado do artigo de Gamboa e Cunha (2011) que trata das transformações de estratégias produtivas de caprinocultores através dos incentivos públicos no Cariri.
- Os dados desse produtor foram obtidos a partir da aplicação de questionários com uma amostra de 27 famílias na localidade de Terra Vermelha.
- Um exemplo desse laço de confiança pode ser visto quando o produtor fornece dados pessoais (número de identidade e CPF) ao ADRS para que ele vá a cidade e prepare a documentação prévia para alguma operação de crédito. Até mesmo na experiência de pesquisa, esse laço de confiança foi visto, quando o ADRS apresentava o pesquisador aos produtores e também intermediava o diálogo.

## Referências

BOURDIEU, P. **A economia das trocas linguísticas**: o que falar o que dizer. 2.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

\_\_\_\_\_. **A produção da crença**: contribuição para uma economia dos bens simbólicos. São Paulo: Zouk, 2004.

\_\_\_\_\_. **O senso prático**. Petrópolis: Vozes, 2009.

DEPONTI, C. M; ALMEIDA, J. **Sobre o processo de mediação nos projetos de desenvolvimento**: uma reflexão teórica. XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia - Administração e Sociologia Rural (SOBER). Rio Branco – AC, 2008.

DURKHEIM, E. **Da divisão do trabalho social**. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

ELIAS, N. **Escritos e ensaios 1**: Estado, processo, opinião pública. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL/IICA. **Desenvolvimento regional sustentável**: reflexões sobre a experiência do Banco do Brasil. Recife/Brasília, 2008.

GAMBOA, L.H; CUNHA,L.H . **A ‘(re)pecuarização’ do semi-árido nordestino**: projetos territoriais e reconversões produtivas no cariri ocidental da Paraíba. VII Congresso Latino-americano de Sociologia Rural (ALASRU). Porto de Galinhas - PE , 2010.

GIDDENS, A. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: Editora da UNESP, 1991.

GOMES, R.; MENESES, V. **As políticas públicas de incentivo a ‘(re)pecuarização’ no semi-árido nordestino**: desenvolvimento, modernização e recomposição espacial. VII Congresso Latino-americano de Sociologia Rural (ALASRU). Porto de Galinhas - PE , 2010.



MULLER, P. L'analyse cognitive des politiques publiques: vers une sociologie politique de l'action publique. In: **Revue Française de Science Politique**, 50e année, n.2, p.189-208, 2000.

NEVES, D.P. Construção de novas competências para o desenvolvimento rural. In: MOTA, D. M; SCHMITZ, H.; VASCONCELOS, H. E. (Orgs.) **Agricultura familiar e abordagem sistêmica**. Aracaju, p.183-198, 2005.

\_\_\_\_\_. Mediações sociais e mediadores políticos. In: NEVES, D.P. (Org.) **Desenvolvimento social e mediadores políticos**. Porto Alegre/Brasília: Editora da UFRGS/PGDR, v. 1, p.21-44, 2008.

REVISTA SEBRAE AGRONEGÓCIOS – n.6, out., p.28-30, 2007.

\_\_\_\_\_, n. 4, dez. p. 12-15, 2006.

ROS, C.C. Mediação e conflito: lógicas de articulação entre agentes de promoção social e famílias camponesas, no norte da Província de Jujuy, Argentina. In: NEVES, D.P (Org.) **Desenvolvimento social e mediadores políticos**. Porto Alegre: Brasília: Editora da UFRGS/PGDR, p. 99-129, 2008.

SARDAN, J.P. O. **Anthropologie et développement** : essai en socio-anthropologie du changement social. Paris: Éditions Karthala, 1995.

SEBRAE/PB. **Capacitação de agentes de desenvolvimento rural (ADRs) para a caprinovinocultura**. João Pessoa, 2003.

WANDERLEY, N. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, v. 21, p. 42-61, 2003.

WEBER, M. **Ensaio de sociologia**. In: GERTH, H.H; WRIGHT MILLS, C, (Orgs.) - 5. ed. - Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1982.

\_\_\_\_\_. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras. 2004.